

## DESTAQUE 2

A construção de pequenas barragens no Alto Côa vai ser estudada em alternativa ao Baixo Sabor, anunciou ontem o Ministério do Ambiente.

Só depois de se conhecerem os impactes de ambas as soluções será decidido qual o empreendimento que avançará. Uma decisão que pode não ser

fácil porque o Alto Côa também tem estatutos de protecção e, economicamente, esta pode ser uma solução mais onerosa. O PÚBLICO aborda

as principais questões levantadas pela concretização da barragem do Sabor e dá a conhecer o projecto no Alto Côa. E foi ouvir as populações dizer de sua justiça.

# Sabor transborda para o Côa

Ana Fernandes e Pedro Garcias

Uma vez que a barragem do Baixo Sabor se desenvolve numa área com estatuto de protecção, é obrigatório o estudo de alternativas", pelo que o Ministério do Ambiente decidiu mandar reformular o estudo de impacte ambiental de modo a incluir uma "análise comparativa" entre a construção desta albufeira e de um conjunto de pequenas barragens no Alto Côa. O anúncio foi feito por Rui Gonçalves, secretário de Estado do Ambiente, que ontem deu despacho sitivo ao parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental, que propunha esta medida.

"Considerando que os objectivos do presente empreendimento, o qual representa um reforço das potencialidades energéticas do país em matéria de recursos renováveis e visa constituir uma importante reserva estratégica

de água, e tendo também em atenção a sensibilidade ecológica da área em análise, cuja classificação como Zona de Protecção Especial e como Sítio proposto para integrar a Rede Natura implica o estudo de possíveis soluções alternativas de projecto, e dado que o Plano de Expansão do Sistema Eléctrico prevê uma solução alternativa ao Baixo Sabor, a qual não foi considerada neste Estudo, determino a reformulação do EIA [Estudo de Impacte Ambiental]", lê-se no texto do despacho.

A EDP terá agora, com "carácter urgente", de analisar os impactos ambientais e o potencial energético e como reserva de água das barragens do Alto Côa para se poder fazer uma comparação com o Baixo Sabor de forma a "sustentar a decisão do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território relativamente à alternativa mais adequada".

Rui Gonçalves sublinhou que a decisão incidirá sobre a escolha de um dos

locais, afastando assim a hipótese de não se construir nenhuma das barragens mesmo que os impactos sejam significativos. "Há aqui uma questão essencial: temos que reforçar as energias renováveis e temos de contar com todos os recursos do país para conseguirmos cumprir as metas do Protocolo de Quioto [para a redução dos gases que provocam o efeito de estufa]", disse o secretário de Estado. De acordo com o EIA do Baixo Sabor, este aproveitamento vai permitir um acréscimo de 15 por cento na produção das centrais hidroeléctricas situadas a jusante (Valeira, Bagaúste, Carrapatelo e Crestuma) e uma redução de cerca de 100 mil toneladas anuais de emissões de gases poluentes.

Com esta decisão, o Ministério do Ambiente conseguiu uma solução de compromisso, minimizando as conclusões negativas da Comissão de Avaliação do EIA em relação à barragem do Sabor e mantendo intactas as expecta-

tivas dos autarcas e das populações interessadas no empreendimento. Na verdade, a deliberação anunciada ontem por Rui Gonçalves deixa a porta entreaberta à construção do aproveitamento do Baixo Sabor.

A importância estratégica deste empreendimento advém do facto de poder armazenar grandes quantidades de água — cerca de 630 hectómetros cúbicos de água — para fornecer à cascata do Douro nos momentos de maior aperto. Ao inscrever no documento que serviu de base ao Plano de Expansão do Sistema Eléctrico Público a solução do Côa como alternativa ao Sabor, a Direcção Geral de Energia não considerou um pormenor importante: o facto de entre curso superior daquele rio e o Douro se interpor o Parque Arqueológico do Côa, classificado como Património da Humanidade. Ou seja, para poder cumprir as mesmas funções que estavam reservadas ao Baixo

Sabor, será necessário realizar no médio/alto Côa gigantescas obras subterráneas, que podem tornar economicamente inviável esta solução (ver texto ao lado). Acresce que o curso superior do rio Côa também está protegido como Zona de Protecção Especial, embora, pelo que se conhece, tenha menos importância ambiental do que o Sabor. Pelo menos é essa a convicção do Instituto da Conservação da Natureza, com base no levantamento que foi feito para a Rede Natura 2000.

Mas há ainda um outro dado que pode levar o Governo a decidir-se pelo Baixo Sabor: as promessas feitas por António Guterres. Depois de ter suspenso a barragem de Foz Côa, o primeiro-ministro foi a Moncorvo deixar uma garantia à população local: "Os senhores vão ter uma barragem na vossa terra", afirmou publicamente. A população vai exigir-lhe o cumprimento da promessa. ■



Como a zona para onde está prevista a barragem do Baixo Sabor tem estatutos de protecção, o Ministério do Ambiente decidiu que devem ser estudadas alternativas, como a do Alto Côa